

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

PALÁCIO XIX DE DEZEMBRO

DIRETORIA LEGISLATIVA

Sessão Ordinária do dia 17 de fevereiro de 2025 - Ata n.º 5.

Aos dezessete do mês de fevereiro de dois mil e vinte e cinco, no Plenário do Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury, à hora regimental, foi registrado o quórum necessário de Parlamentares. O Sr. Presidente, Deputado **Alexandre Curi**, secretariado pelos Sr.^s Deputados **Gugu Bueno** (1.^a Secretário) e **Maria Victória** (2.^a Secretária), “*sob a proteção de DEUS*”, iniciou os trabalhos da **5.^a Sessão Ordinária da 3.^a Sessão Legislativa da 20.^a Legislatura.**

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): “*Sob a proteção de Deus*”, iniciamos a Sessão Ordinária desta segunda-feira, dia 17 de fevereiro. Consulto o 1.^º Secretário se há Expediente a ser lido.

SR. 1.^º SECRETÁRIO (Deputado Gugu Bueno – PSD): Sim, Sr. Presidente.

EXPEDIENTE: (Transcrição dos documentos recebidos pela Assembleia, que se encontram sob a guarda das Comissões e Diretorias.)

Ofícios: (Encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.) **Ofício n.º 258/2025** da Casa Civil, encaminhando resposta a Requerimento do Deputado Do Carmo; **Ofício n.º 259/2025** da Casa Civil, encaminhando resposta a Requerimento do Deputado Bazana; **Ofício n.º 260/2025** da Casa Civil, encaminhando resposta a Requerimento do Deputado Cobra Reporter; **Ofício n.º 261/2025** da Casa Civil, encaminhando resposta a Requerimento do Deputado Ney Leprevost; **Ofício n.º 613/2024** da Casa Civil, encaminhando resposta a Requerimento da Deputada Luciana Rafagnin.

Era o que tínhamos, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Passamos ao horário do Pequeno Expediente. Primeiro orador inscrito, Deputado Goura.

DEPUTADO GOURA (PDT): Muito obrigado, Sr. Presidente. Uma boa tarde a todos os Deputados e Deputadas, servidores, imprensa e povo do Paraná que assiste a nossa Sessão Plenária. Antes de tudo, Presidente Alexandre Curi, é a primeira vez neste ano que subo à tribuna, então, quero, mais uma vez, parabenizar V.Ex.^a, o nosso 1.^º Secretário Gugu Bueno, a nossa 2.^a Secretária Deputada Maria Victoria. Estou na 5.^a Secretaria. Espero que possamos contribuir com uma gestão moderna, ambientalmente responsável, socialmente inovadora, para que a Assembleia continue sendo cada vez mais um orgulho para todo Paraná e que seja um espaço que ecoe as boas discussões, as boas ideias e o bom e necessário debate político que nosso País precisa. Nesse sentido, Sr. Presidente, quero aqui usar o espaço do Pequeno Expediente para falar sobre o Projeto de Lei n.^º 790/2024, que trata sobre a nossa Ilha do Mel. A Ilha do Mel, senhoras e senhores, está nesse projeto sendo objeto de novos regramentos. E aqui quero fazer uma palavra de elogio ao ex-Deputado Renato Adur, já foi Secretário de Estado, que conduziu todo um processo de discussão com as comunidades. Foram diversas audiências públicas, no ano passado, sobre a Ilha do Mel, Deputado Nelson Justus. Debates na comunidade de Encantadas, de Brasília e com a Ponta Oeste, comunidade tradicional muito importante da nossa querida e amada Ilha do Mel. O projeto vai começar a sua tramitação de fato amanhã, na CCJ, nas comissões competentes, e chega para o Plenário, provavelmente, na semana que vem. Há um anseio, uma expectativa por parte da comunidade sobre esse projeto, Deputado Hussein, porque ele regulariza, mostra coisas importantes, define parâmetros de zoneamento, de ocupação do solo e, acima de tudo, e aqui quero fazer dois destaques, uma preocupação muito grande com a preservação do meio ambiente, com os impactos das mudanças do clima na área da Ilha do Mel, os impactos da costa, das marés, os impactos do turismo. Um ponto muito importante no nosso Projeto de Lei é que ele fala especificamente

e explicitamente sobre o turismo de base comunitária, que é, Sr. Presidente, um tema que temos defendido aqui para o nosso Litoral, mas para todo o Paraná. O turismo de base comunitária é o turismo que respeita as comunidades, que inclui as comunidades nas decisões; é o turismo do futuro e é o turismo que vai garantir que a Ilha do Mel tenha uma caminho de sustentabilidade. O art. 2.º do Projeto de Lei fala que todas as políticas da Ilha do Mel devem seguir os objetivos do desenvolvimento sustentável, as ODS da Agenda 2030 da ONU, além da Convenção sobre Diversidade Biológica – um artigo muito importante. Logo no início, o art. 1.º fala que há o reconhecimento da Ilha do Mel como região de especial interesse ambiental e turístico. Nesse sentido, senhoras e senhores, também faço aqui um destaque sobre o art. 5.º. O art. 5.º fala sobre a Unadim. A Unadim é a Unidade de Administração da Ilha do Mel. Em 2020, discutimos, ainda durante a pandemia, logo no início da pandemia, sobre um Projeto semelhante que criava a Unadim, mas não foi para a frente, não foi efetivado. Esperamos, meu caro Renato Adur, ex-Presidente Deputado Traiano, que agora, com essa aprovação, a Unadim, como um espaço de gestão, de participação da comunidade, envolvendo todos os entes – a SPU, o Iphan, a Prefeitura de Paranaguá, o IAT e, obviamente, acima de tudo, a voz das comunidades da Ilha do Mel –, a Unadim tenha um papel muito importante para administração, para o dia a dia da Ilha do Mel. Também há aqui, e aqui faço um destaque, Sr. Presidente, na Mensagem que o Governador Ratinho Júnior enviou a esta Casa de Leis, a menção específica à Convenção n.º 169 da OIT. Isso é muito importante, senhoras e senhores. A OIT – Organização Internacional do Trabalho, na sua convenção n.º 169, da qual o Brasil é signatário, estabelece que em todas as ações do poder público ou da iniciativa privada que terão impacto em comunidades tradicionais... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Um minuto para V.Ex.^a concluir.

DEPUTADO GOURA (PDT): Obrigado, Sr. Presidente. A OIT estabelece que nesses empreendimentos que terão impactos em políticas públicas, que terão

impacto nas comunidades, as comunidades devem ser ouvidas mediante consulta livre, prévia, informada, com protocolos determinados pelas próprias comunidades. Então, Renato Adur, isso é muito importante. É um documento onde o Governador assina e fala que a OIT 169 foi respeitada nesse processo. Faço um destaque para esse projeto da Ilha do Mel, mas também para outras questões que envolvem as comunidades indígenas, as comunidades quilombolas, os povos faxinalenses do nosso Estado para que, igualmente, a OIT seja muito bem respeitada. Então, senhoras e senhores, a Ilha do Mel, patrimônio natural e cultural de todos nós, deve ser preservada e esperamos que a aprovação seja fruto desse amplo e necessário debate.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Próximo orador inscrito, Deputado Wilmar Reichembach.

DEPUTADO REICHEMBACH (PSD): Minha saudação a todos. Depois de seis meses que estive fora da Assembleia Legislativa, fiquei vinculado à Casa Civil, mais na região Sudoeste, retorno para dar sequência ao terceiro mandato, iniciando este período exatamente do dia 3 de fevereiro, dia da posse do Deputado Alexandre Curi na Presidência. Uma grande movimentação, Deputado Alexandre Curi, na posse, demonstrando a sua grande articulação política no Paraná, a sua liderança, a sua força junto aos municípios. Realmente foi uma posse de muito destaque. Então, cumprimento a nova Presidência e toda a Mesa Diretora, em nome do 1.º Secretário Gugu Bueno, da Maria Victoria que compõem a Mesa neste momento. Cumprimentar também Renato Adur aqui presente. Parabéns pela bela e merecida homenagem lá em Foz do Iguaçu. Renato Adur que é criador daquele evento que já ganhou bastante tradição. É justamente sobre esse evento que quero fazer uma referência, porque já participei de diversos e esse, sem dúvida, foi o mais movimentado, com a presença de mais prefeitos, vereadores, lideranças políticas. Enfim, um movimento que, realmente, chamou muito a atenção. Isso se deve, na minha opinião, em função, primeiro, dos ótimos programas de governo, Deputado Hussein. Quero destacar aqui alguns dos programas que, realmente, chamam muito atenção e são de fundamental

importância para os municípios. Um deles é a sequência do programa *Asfalto Novo, Vida Nova*, que o Governador Ratinho Júnior anunciou a ampliação desse programa, atingindo até municípios de 50 mil habitantes. Isso vai transformando as cidades do Paraná em algo, sem dúvida, inédito no Brasil. Destacar também aqui um programa que considero dos mais relevantes. Quem foi prefeito e, principalmente, prefeito em município grande, de área rural – fui prefeito em Francisco Beltrão até 2012, senti na pele essa dificuldade –, mas se perguntarem para administradores de Guarapuava, Castro, Tibagi, Ortigueira, Palmas, no Sudoeste do Paraná, General Carneiro, ali no Sul do Paraná, que são municípios de extensão rural grande, é um enorme desafio para o prefeito manter as estradas rurais. Esses equipamentos rodoviários que foram anunciados, em um pacote histórico para o Paraná, somarão em torno de R\$ 1 bilhão e 600 milhões, são de fundamental importância para a conservação, para ajudar a fortalecer a conservação das estradas rurais, que hoje têm uma utilização muito intensa para o transporte de estudantes, para o transporte do leite, em muitas regiões, transporte de aves, transporte de suínos, transporte de suprimentos para animais, transporte de frotas da saúde. Então é fundamental e esse grande desafio, sem dúvida, vai ganhando mais força para levar esse benefício ao agricultor que tanto merece. E para se somar a isso, também, o programa de asfalto para estradas rurais vai dando soluções definitivas, porque sabe o prefeito, sabe o vereador que mora lá na comunidade do interior, quando vem uma chuva forte e têm sido frequentes esses episódios, às vezes, uma estrada que estava em boa condição muda totalmente e fica muitas vezes intransitável. Então vai dando essa condição de também haver investimentos, principalmente com esse programa na cidade que vai pavimentando todas as ruas da grande maioria das cidades do Paraná. Dar esse fôlego para que o Estado possa iniciar e já iniciou essa intensificação, também, da pavimentação na área rural, dando assim uma solução definitiva. Além, ainda, me encaminhando para a conclusão, Presidente, destacar os bons projetos na área de inovação tecnológica. Então, os municípios que tiverem e são poucos ainda que têm projetos, sem dúvida terão recursos do Governo à disposição nesse segmento que nenhuma área escapa. Quando se fala em

inovação tecnológica, a tecnologia precisa estar presente em todos os lugares. E, por último, destacar, evidente, temos a área social, temos programas importantes... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi - PSD): Um minuto para V.Ex.^a concluir.

DEPUTADO REICHEMBACH (PSD): Quero citar também, Presidente Alexandre Curi, a pasta recém-criada do turismo, que começa a focar com muita força nesse segmento, que é uma indústria sem chaminé, uma indústria que não polui e já traz cada vez mais recursos para o Paraná. E estamos percebendo, está à frente da Secretaria o Deputado nosso colega Márcio Nunes, com muito dinamismo com a sua equipe, alavancando de forma a chamar a atenção os números do turismo do Paraná. Parabéns então aos organizadores desse grande evento em Foz do Iguaçu e, principalmente, ao Governador Ratinho Júnior pelos programas lançados para os municípios do Paraná. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi - PSD): Próximo orador inscrito, Deputado Professor Lemos.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados, Sr.^{as} Deputadas. Quero cumprimentá-los ao tempo que cumprimento a nossa população que acompanha esta Sessão. Hoje venho à tribuna para, mais uma vez, dar voz à nossa população que está reclamando da falta de energia elétrica em muitos momentos no Estado do Paraná e em muitos municípios. Em Capitão Leônidas Marques, o Radialista Rui Castro, da Rádio Hawai, fez um pronunciamento mostrando que, no período entre 10 da manhã e 15 horas, houve 15 interrupções de energia elétrica no município, mas não foi só naquele dia, tem-se repetido em vários lugares. Em Santa Maria do Oeste, por exemplo, na semana passada, milhares de litros de leite foram jogados fora, porque passou de 24 horas sem energia elétrica, os agricultores perderam, mas não foi só desta vez! Vários municípios estão reclamando dos cortes de energia elétrica e da demora para religar e, também, eles reclamam que não têm onde buscar socorro, não

encontram mais os escritórios da Copel que eram próximos, não tem mais. Então, há um desrespeito muito grande principalmente com agricultores, com agricultoras do nosso Estado, porque o prejuízo é muito, muito grande. Além de ter problemas de queimar equipamentos, têm produtos que são perdidos, como o leite, por exemplo, a carne, outros produtos que são também perdidos, que tem que jogar fora. E isto não pode continuar acontecendo. Já fizemos audiências públicas pela Assembleia Legislativa, mais do que uma vez, e esse problema é geral, e não podemos fechar os olhos. Por isso, quero, mais uma vez aqui, me dirigir a cada deputado, a cada deputada, para que possamos, nos próximos dias, fazer uma comissão que, em nome do Poder Legislativo, vá tratar com a Copel para que isso seja sanado. Tivemos um aumento do número de quedas de energia em todo o Paraná. Isso é prejuízo na cidade, é prejuízo no campo e isso não poderia acontecer, porque o Paraná é um dos maiores produtores de energia do Brasil, só perde para Minas Gerais. E quando se trata de Capitão Leônidas Marques tem duas usinas hidrelétricas: tem o Baixo Iguaçu, que a Copel inclusive é sócia, e tem Salto Caxias que é da Copel também. Então não falta energia no Paraná, temos muita energia, é preciso fazer com que ela chegue e chegue com qualidade, que não fique oscilando e que não tenha queda e que fique horas sem o fornecimento de energia elétrica. Então isso faz mal à nossa economia e precisa ser visto e resolvido. Por isso, quero me dirigir aqui à Mesa Diretora, ao Deputado Alexandre Curi, nosso Presidente, para que possamos fazer uma comissão especial da Assembleia... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi - PSD): Um minuto para V.Ex.^a concluir.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Fazer, Presidente, uma comissão especial aqui na Assembleia para tratar com a Copel, para sanarmos esse problema que é grave e ele tem se intensificado ao longo dos meses. Por isso, me dirijo a V.Ex.^a para que possamos fazer esse trabalho, em nome do Poder Legislativo, para buscarmos solução para essa demanda que é muito grande no Estado do Paraná.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Próximo orador inscrito, Deputado Tito Barichello.

DEPUTADO DELEGADO TITO BARICELLO (UNIÃO): Quero cumprimentar, inicialmente, o Ex.^{mo} Sr. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná; cumprimento o Líder do Governo; cumprimento o Líder da Oposição; cumprimento os colegas deputados estaduais, dignos representantes da população; cumprimento a imprensa livre que nos assiste; cumprimento você, cidadão de bem, cidadão honesto, que nos assiste através da *TV Assembleia* e, obviamente, não cumprimento a bandidagem, porque lugar de bandido é na cadeia. Senhores, o assunto que me traz aqui é bastante sério. Assisti abismado, por redes sociais e pela televisão, brigas de torcedores, brigas que foram entabuladas em momento anterior, organizadas, quando dois grupos distintos de duas torcidas se encontraram no Bairro CIC – Cidade Industrial de Curitiba, para lutarem, para brigarem. Não perdemos em nada, senhores, para os *hooligans* ingleses. Curitiba está se transformando em um campo de batalha, sem controle e sem a devida ação do Estado. Esse grupo de criminosos, porque criminosos são, colocam em risco toda a sociedade paranaense. Não satisfeitos de brigarem em frente aos estádios, não satisfeitos em brigarem dentro dos campos de futebol, agora, estão marcando horário para brigarem. O que significa isso? Significa que nós, Estado, estamos falhando. Será que a culpa é da Polícia Civil, da Polícia Militar? Não. Temos uma Polícia Civil que trabalha muito, uma Demafe que é extremamente competente; temos uma Polícia Militar extremamente organizada e rigorosa. O que falta é um conjunto de regras que imponha uma consequência definitiva para esses bandidos, porque vão lá brigam, machucam pessoas e não acontece nada. Onde está o direito penal? Já que não podemos legislar sobre direito penal aqui nesta Casa, podemos, isto sim, legislar sobre direito administrativo, senhores. Tenho um Projeto de Lei de n.º 29, de 2023, Sr. Presidente, que está na CCJ – Comissão de Constituição e Justiça, que traz uma multa administrativa de até R\$ 33 mil e 750 para quem se envolver em brigas advindas de qualquer questão relacionada ao esporte. Isso sim, uma multa. Vamos meter a mão no bolso dos criminosos. Sou da área do direito penal, sou

mestre em direito penal, fui Professor de direito penal e sei que o direito penal tem seus limites, em virtude de um conjunto de regras e princípios que vigem nossa sociedade. É muito difícil fazer o direito penal materializar efetividade, ainda mais nesse tipo de crime. Agora, o direito administrativo pode, sem dúvida alguma, fazer frente a essa criminalidade. Por quê? Porque perpassa um poder aos órgãos de controle, a Polícia Civil e a Polícia Militar, para punir administrativamente com multas, inscrever em dívida ativa e senão pagar vai ter a sua casa, o seu bem penhorado. O direito administrativo funciona e muito, é só pensarmos no CTB – Código de Trânsito Brasileiro. Quem não tem medo de uma multa administrativa de trânsito? Todos. Agora, esses brigões entram em luta corporal com horário marcado e nada acontece aqui em Curitiba e no Paraná. Por quê? Porque não tem uma legislação efetiva que puna. Esta proposta deste Projeto de Lei, Excelências – e conversei com o Dr. Luiz Carlos da Demafe e com investigadores –, é muito bem-vinda, porque agora, por exemplo, simplesmente com as câmeras que mostram a briga seria possível aplicar uma multa administrativa nesses brigões e mandar um recado, que é a prevenção geral: quem se meter em briga na rua vai tomar uma multa. Então, fica um recado para você, brigão de Curitiba, você que se reúne para brigar e não para entrar no estádio, para que você que macula, macula mesmo, para que você estraga a imagem das torcidas organizadas: o teu tempo de brigão está terminando. Já que o direito penal não pode atuar, este Projeto de Lei vai meter a mão... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Um minuto para V.Ex.^a concluir.

DEPUTADO DELEGADO TITO BARICELLO (UNIÃO): Já que o direito penal não pode atuar, o direito administrativo, através de uma Lei da Assembleia Legislativa, caso tenha apoio de V.Ex.^{as}, vai impor uma consequência. Vamos meter a mão no teu bolso, tirar o teu carro, a tua casa, o teu patrimônio, para você aprender a respeitar a sociedade. Isso é um conjunto de normas e princípios que regem a vida em sociedade. Quando o direito penal não consegue fazer frente a esse tipo de crime, usamos o direito administrativo. Por isso, Excelências, peço o

apoio de todos para a aprovação deste Projeto de Lei, que, como disse, foi muito bem-vindo quando conversei com o Dr. Luiz Carlos da Demafe e com investigadores. Imaginaram eles, agora, pegando o bloco, mesmo que seja um bloco digital, impondo multas para você, bandido que brigou na rua! Esse é o nosso objetivo. Obrigado, senhores.

DEPUTADA MARIA VICTORIA (PP): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Pela ordem, Deputada Maria Victoria.

DEPUTADA MARIA VICTORIA (PP): Quero Cumprimentar, Presidente, nosso 1.º Secretário Gugu Bueno e todos os Parlamentares e, de forma muito especial, cumprimentar o Sr. Renato Guimarães Adur, que está aqui conosco no Plenário. Quero dizer que está disponibilizado no SEI um requerimento, que requer o registro de voto de congratulações ao Sr. Renato Guimarães Adur, por ter idealizado o evento que ocorreu agora, em Foz do Iguaçu. Ele que foi Secretário de Desenvolvimento Urbano, ele que foi Deputado Estadual e que nos honra muito com o seu trabalho. Fica aqui o convite a todos os nobres parlamentares para que possam assinar e aderir ao requerimento, que já está disponibilizado no SEI. Logo após o Carnaval, faremos a entrega e o reconhecimento, Adur, do Poder Legislativo, a sua nobre atuação como parlamentar, como Secretário, como homem público. Muito obrigada. Obrigada por estar aqui conosco nesta tarde.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Passo a palavra ao 1.º Secretário, Deputado Gugu Bueno, para que faça a leitura da Mensagem que chegou a esta Casa.

SR. 1.º SECRETÁRIO (Deputado Gugu Bueno – PSD): Senhor Presidente, recebemos a **Mensagem n.º 6/2025** do Governador do Estado, encaminhando para apreciação da Assembleia Legislativa o Projeto de Lei (**autuado sob o n.º 59/2025**) que institui o Programa Recomeço e o Auxílio Social Mulher Paranaense.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Próximo orador inscrito, Deputado Samuel Dantas. Vossa Excelência está inscrito também no horário das Lideranças.

DEPUTADO SAMUEL DANTAS (SD): Senhor Presidente, nobres deputados e deputadas, senhoras e senhores presentes nesta Casa. Subo a esta tribuna movido por um profundo sentimento de indignação diante de um episódio que não apenas ataca a minha honra, mas que acima de tudo desafia os pilares da justiça, da ética e dos valores que regem esta Casa e a nossa democracia. Para que todos compreendam a gravidade da situação, venho sendo investigado há meses sem que haja qualquer prova ou indício concreto dos crimes que me imputam. A investigação teve início a partir do depoimento de dois ex-assessores que foram demitidos por não trabalharem. Um deles permaneceu no cargo por apenas 27 dias. Curiosamente, ambos são amigos e apresentaram relatos idênticos, em uma evidente demonstração de que seus depoimentos foram combinados. Como prova desse conluio, reforço que os textos de seus depoimentos são praticamente idênticos. Sendo que um prestou declaração em um dia e o outro em menos de 24 horas repetindo a mesma narrativa, alegando que ouviram dizer que havia rachadinha, mas ambos afirmam que nunca entregaram um centavo sequer. Sem apresentar qualquer elemento probatório, o Ministério Público deu início a uma investigação, baseado unicamente em boatos. Repito, baseado em boatos. Delegado Tito, Delegado Jacovós, V.Ex.^{as} sabem que não pode iniciar uma investigação sem o mínimo de provas. Como o MP inicia uma investigação sem provas, baseado apenas em falácia? E assim começou o verdadeiro show de horrores. No dia 24 de outubro, um de meus assessores recebeu uma ligação e, em seguida, uma notificação sigilosa do Ministério Público enviado pelo WhatsApp. O que veio a seguir foi uma sequência de atos covardes e criminosos. O responsável por essa mensagem e ameaças foi um ex-assessor, desempregado, que eu havia demitido por não cumprir suas obrigações. Esse indivíduo, de apelido Maranhão, exigiu a quantia de R\$ 250 mil, ameaçando caluniar e difamar minha imagem caso sua chantagem não fosse atendida. Agindo de forma ardilosa, ele tentou ocultar rastros digitando mensagem no celular e

utilizando táticas de manipulação. No entanto, conseguimos reunir provas claras e irrefutáveis, gravações de áudios, vídeos e mensagens documentadas, que expõem sua tentativa criminosa de extorsão, mas a gravidade dos atos cometidos por esse indivíduo não se limita. Maranhão perseguiu e ameaçou diretamente meus assessores, chegando ao ponto de esperá-los na saída do escritório político para intimidá-los. Com o apoio jurídico necessário, conseguimos registrar todas as evidências. Diante da gravidade da situação, procurei de imediato a Delegacia mais próxima, munido de todas as provas. O resultado: Maranhão foi preso em flagrante no exato momento em que tentava receber o dinheiro. O caso que deveria ser um exemplo de como a justiça age contra o crime, tomou um rumo inesperado e extremamente preocupante. Inicialmente, a Promotora teve conhecimento do processo e despachou normalmente, sem manifestação. No entanto, tempos depois, retomou o caso sem qualquer justificativa plausível, sabe Deus o motivo. Suas ações foram extremamente duvidosas, alterou deliberadamente as datas das provas cruciais, como os vídeos gravados nos dias 26 e 27 de novembro, registrando-os com data anterior, como se fossem gravados em outubro, em uma tentativa evidente de desqualificar as evidências e enfraquecer o flagrante. Além disso, distorceu os fatos, omitiu provas essenciais e ignorou gravações em que Maranhão admitia explicitamente a tentativa de extorsão. Também desconsiderou as contradições do depoimento do acusado, que alegou ter recebido uma suposta oferta de R\$ 6 mil por telefone no dia 30, às 23 horas. No entanto, apresentamos a gravação dessa mesma ligação, onde orientado por uma advogado e a fim de conseguirmos provas, meu assessor afirma: *“Cara, os 150 mil que você pediu não consegui. Poderia ser menos?”* Maranhão percebendo que não poderia estar sendo gravado, tentou se esquivar, mas acabou admitindo que aceitaria reduzir o valor. Mesmo diante dessas evidências contundentes, a Promotora descartou as ameaças explícitas de Maranhão, alegando que não houve grave ameaça; ignorou as mensagens temporárias enviadas para intimidação, ameaças diretas de destruição da minha imagem, e a pressão psicológica imposta aos meus assessores. E como se não bastasse, favoreceu o acusado ao pedir relaxamento de sua prisão. Ou seja,

considerou nós, Parlamentares, como mentirosos, e o bandido, salafrário, como um cidadão honesto. Após esse episódio, o órgão especial do Ministério Público assumiu o processo sustentando, sem qualquer prova, que o Delegado responsável pelo flagrante teria ligação com minha campanha. Um absurdo! Não apresentaram uma prova sequer para essa acusação. Essa acusação, mais uma vez infundada, ignora o fato de que meu advogado procurou a Delegacia mais próxima para denunciar extorsão, e que eu fiz o mesmo quando tomei conhecimento das últimas ameaças. Se apresentamos as provas da extorsão, questionam sua veracidade; se nada fizéssemos, alegariam que fomos coniventes. Distorcendo os fatos, manipulando o processo e sem qualquer prova concreta, conseguiram um mandado de busca e apreensão em minha residência, onde moro com minha esposa, minha filha de três anos e o meu pai idoso. Revistaram também a chácara onde minha mãe de 70 anos reside, a ameaçaram dizendo que a levariam presa por não querer entregar o celular particular. Lembro a vocês que o mandado não era para apreender dispositivos dos meus familiares. Mais de vinte locais foram alvo de busca, tudo isso acompanhado de uma cobertura midiática, que tentou retratar meu gabinete como se fosse uma organização criminosa. Senhoras e senhores, permitam-me uma reflexão: o que acontece com a democracia quando as instituições que deveriam zelar pela justiça se tornam instrumento de perseguição? A história nos mostra exemplos alarmantes. Durante a caça às bruxas na Europa, vilarejos inteiros, como a Suíça e a Escócia, ficaram sem mulheres, condenadas por acusações infundadas e queimadas na fogueira pelo simples fato de serem mulheres. Aqueles que riam, no outro dia também estavam sendo queimados. Na escravidão muitos negros foram vendidos por seus próprios semelhantes simplesmente pela cor da sua pele; aqueles que vendiam, tempos depois se tornaram escravos. Hoje vivemos uma nova forma de caça às bruxas, não contra mulheres ou negros, mas contra políticos democraticamente eleitos. Estamos sendo perseguidos não por nossos atos, mas pelo simples fato de ocuparmos mandatos eletivos. Enquanto militar do Exército e policial do Bope, aprendi que a luta pela verdade é inevitável. Não podemos aceitar que pessoas movidas por vaidade ou interesses obscuros

substituam provas por perseguições. Se nos calarmos agora, amanhã qualquer um de vocês pode ser vítima dessa injustiça. Que este Parlamento seja a trincheira de resistência contra qualquer tentativa de desvirtuar a justiça e de ameaçar a democracia, e que o povo do Paraná saiba que aqui estaremos para defendê-los com a coragem que o momento exige. Neste momento, solicito a esta Casa que tome todas as atitudes necessárias para investigar os atos criminosos de manipulação processual cometidos contra esse Parlamentar, a fim de resguardar a existência do Poder Legislativo. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi - PSD): Próxima oradora inscrita, Deputada Mabel Canto.

DEPUTADA MABEL CANTO (PSDB): Boa tarde, Presidente. Boa tarde, Deputadas, Deputados. Primeiro dizer da satisfação, Deputado, nosso líder, Deputado Hussein, de ver esse projeto em prol das mulheres sendo lido na Mensagem, uma luta de muitas Deputadas e Deputados nesta Casa ao longo desses anos e que agora tramitará e que vai beneficiar, com toda certeza, as mulheres em situação de vulnerabilidade, vítimas da violência aqui no Estado do Paraná. Hoje quero trazer um assunto a esta tribuna que infelizmente, Deputado Marcelo Rangel, nos últimos dias, como você deve saber, lá em Ponta Grossa estamos com um problema muito grande, que é falta de água. Iniciou já na semana passada, está adentrando esta semana. São muitas reclamações vindas dos usuários, dos cidadãos da nossa cidade. Aliás, não é também só em Ponta Grossa, recebi mensagens hoje do município de Imbituva alegando essa falta de água. E sabendo que claro temos um momento de muito calor, as pessoas estão usando mais água evidentemente, a Sanepar teria dito para alguns canais da imprensa que os reservatórios parecem que estão mais baixos por conta do uso da água nos últimos dias. De qualquer forma, tem chovido bastante na nossa região, que também contribui para que isso não devesse acontecer, mas o fato é que nós precisamos de respostas oficiais e rápidas da nossa Sanepar, porque neste momento – até coloquei na internet – tem muitos bairros ainda sem água em Ponta Grossa. E se tem algo que ninguém gosta de ficar sem é a água,

principalmente neste calor que estamos atravessando. Por isso, hoje estou protocolando um Requerimento, aqui na Assembleia, pedindo informações para a Sanepar, para que possamos entender o que é que está acontecendo, se são os reservatórios que de fato estão baixos ou se há algum problema de infraestrutura, algo que precise ser feito para que esta falta de água, este desabastecimento deixe de acontecer. E, aproveitando a oportunidade, também estamos requerendo à Sanepar que informe o novo contrato com a Prefeitura de Ponta Grossa, que foi realizado em 2023 e que até o presente momento não tivemos acesso, nem a Prefeitura de Ponta Grossa publicizou ainda esse contrato, que é um contrato muito importante. O senhor, como foi Prefeito, sabe da importância desse contrato para o nosso município, dos investimentos que ainda precisam acontecer, que já foram feitos, mas que também precisam ainda acontecer. Então, estamos pedindo, solicitando à Sanepar que nos envie, já que a Prefeitura não mostra, que a Sanepar nos mostre o que foi acordado com a Prefeitura de Ponta Grossa e quais são os investimentos que devem ser feitos, como, por exemplo, a captação do Rio Tibagi. Sabemos que o nosso Alagados, hoje, já realmente tem problemas, não comporta totalmente, 100% o abastecimento, e precisamos dessa captação de forma urgente ali no Rio Tibagi. Obrigada.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Não havendo inscritos no Grande Expediente, passamos ao horário das Lideranças. Primeiro orador inscrito, Deputada Luciana Rafagnin, pela Liderança do PT.

DEPUTADA LUCIANA RAFAGNIN (PT): Senhor Presidente, Senhores Deputados e Deputadas. Senhor Presidente, é a Liderança do Bloco PT/PDT. Gostaria de inicialmente falar aqui sobre um programa importante que o Presidente Lula lançou na semana passada, mas que passa a vigorar a partir da próxima segunda-feira, dia 24. O Presidente Lula, desde que assumiu, sempre teve uma preocupação muito grande com o endividamento do povo brasileiro, por isso criou o “Desenrola”, que contemplou primeiro os trabalhadores urbanos e agora, a partir do dia 24, a partir de segunda-feira, estará contemplando os agricultores familiares. Deputado Dr. Antenor, o programa “Desenrola” para a

agricultura familiar tem objetivo de atender cerca de 1 milhão de agricultores familiares que estão endividados e com isso, inclusive, não conseguem mais ter acesso a uma nova linha de financiamento, não conseguem ter acesso ao Pronaf. O programa “Desenrola” também tem o objetivo e vai poder fazer com que os descontos para os agricultores cheguem a até 96%. E isso é muito importante para o fortalecimento da nossa agricultura familiar. O “Desenrola” vai atender os agricultores que contraíram uma dívida de 2012 até 2022, ou seja, até o ano de 2022. Então, esses agricultores vão poder se encaixar e renegociar suas dívidas, podendo, então, como falei, ter um desconto de até 96% da dívida. Quem tiver uma dívida de até R\$ 10 mil vai poder ser contemplado e pagar, quitar essa dívida em até duas parcelas, começando o vencimento da primeira parcela, sendo ela em 2026; o agricultor que tiver um saldo devedor acima de R\$ 10 mil, até R\$ 30 mil, poderá quitar essa dívida em até 5 parcelas, também com o vencimento em 2026, a primeira parcela; quem tem uma dívida de R\$ 30 mil a R\$ 50 mil, poderá quitar sua dívida em 8 parcelas, 8 parcelas anuais, também com vencimento da primeira parcela em 2026; e os agricultores que tiverem uma dívida acima de R\$ 50 mil poderão pagar, quitar as suas dívidas com 10 parcelas anuais, com o primeiro vencimento em 2026. Isso é muito importante porque os agricultores familiares se encontram em uma situação bastante difícil – o alto custo da produção, o baixo preço do produto. Estamos falando da agricultura familiar que diversifica a produção, estamos falando de quem produz cerca de mais de 70% do alimento que vai na mesa do povo brasileiro. E os agricultores familiares se encontram endividados, precisam de apoio, precisam de um programa que realmente venha facilitar um pouco a quitar essas dívidas que muitos contraíram no decorrer desses anos. Então, a partir de 2012 até 2022, quem tem suas dívidas que ficam dentro desse período de 2012 a 2022 vai poder, sim, quitar essas dívidas de uma maneira que favorece muito forte a nossa agricultura familiar. Tenho certeza e é como disse o Presidente Lula: o objetivo é poder atender cerca de 1 milhão de agricultores. E isso é muito importante! Quem vai ser contemplado são agricultores familiares, são assentados da reforma agrária, quilombolas e demais povos e comunidades tradicionais. Então é com certeza um grande

programa, Dr. Antenor, que vai fortalecer muito a nossa agricultura familiar. Além do programa “*Minha Casa, Minha Vida*”, que volta agora, já são muitos municípios sendo contemplados, muitos agricultores sendo contemplados, e o próprio Pronaf, que está aí à disposição, mas que muitos agricultores não conseguem ter acesso por ter essas dívidas. Então agora, a partir do dia 24, vão poder renegociar suas dívidas e vão poder fazer uso inclusive de novos financiamentos, voltar a poder acessar o Pronaf, o que vai trazendo um fortalecimento dos nossos agricultores e agricultoras familiares. Também queria dizer aqui que uma outra notícia boa, Dr. Antenor, que aconteceu na semana passada, o Presidente Lula falava dela, que falo que só não fica feliz com uma notícia desta quem nunca passou por um problema, quem nunca acompanhou uma família com uma pessoa idosa acamada, que é o lançamento aí, a garantia de cerca de 40 medicamentos gratuitos na Farmácia Popular, que é muito importante, e a fralda geriátrica então para as pessoas acamadas. As pessoas acima de 60 anos, as pessoas idosas, as pessoas acamadas vão ter acesso à fralda gratuita. Sabemos que a fralda tem um valor bem significativo. Quando a pessoa está acamada já tem um custo elevado por causa de toda a sua medicação, por causa do seu tratamento, ainda mais ainda com esse custo que vem com a questão do uso das fraldas. Então, a partir de agora, foi lançado e as famílias aqui têm alguém acamado, pessoas acima de 60 anos, vão poder se utilizar agora da fralda geriátrica, vão poder usar, vão poder ter acesso sem ter um custo. Isso é muito importante! Assim como também comemoramos aí o anúncio – e isso já faz parte de todo o programa do PAC do Governo Federal, o PAC que o Governo Lula anunciou em 2023, cerca de R\$ 1,7 trilhão que vão ser destinados para os Estados do nosso País, para ser utilizado em construções. Isso é muito importante. Queria aqui destacar que o próprio Governo Federal está destinando e anunciou para este ano de 2025 a construção de 800 unidades básicas de saúde, 400 unidades odontológicas, 100 centros de atendimento psicossocial, 1.500 ambulâncias Samu que serão distribuídas para os municípios. Então, são muitas ações do Governo Federal que estão acontecendo e que estão mudando a vida do povo brasileiro para melhor. Ficamos felizes de ver que o Governo Lula está realmente preocupado. Quando falamos aqui nesta

questão da saúde, sabemos que é o que mais atinge toda a população brasileira e que precisa de apoio. Falávamos já dos medicamentos na Farmácia Popular, mais esta construção e esta garantia do atendimento primário a todas as pessoas que vêm com a questão então das novas UBS, que vem com relação a todo o centro odontológico, que vem com atenção ao psicossocial, este atendimento psicossocial que é importante e que é necessário. Então, são muitas boas notícias que estão acontecendo e que estão vindo do Governo Federal e nós temos que realmente comemorar e fazer com que cheguem lá na ponta, para as pessoas que realmente precisam de apoio do nosso Governo, que precisam ser atendidas. E, para finalizar, Sr. Presidente, não posso deixar de registrar aqui a minha indignação, a minha tristeza com a Justiça do Paraná. Nos dias 11, 12 e 13 aconteceu o julgamento, a condenação do assassino do companheiro de partido, tesoureiro do Partido dos Trabalhadores de Foz do Iguaçu, Marcelo Arruda, que aconteceu esse assassinato em julho de 2022. A sua condenação aconteceu e foi concluída no dia 13 da semana passada, 13 de fevereiro, condenado a 20 anos de prisão. Fica aqui a nossa indignação, a nossa tristeza, Deputado Renato Freitas, porque foi condenado no dia 13 e no dia 14 a Justiça do Paraná concedeu a liberdade e a prisão domiciliar a esse cidadão, a esse assassino. Fica aqui a nossa indignação, a nossa tristeza e a nossa solidariedade com a Pâmela, viúva do Marcelo, e também com os seus filhos. Fica aqui a nossa solidariedade a todos os amigos do Marcelo, que infelizmente foi assassinado pelo ódio político. Estava comemorando o seu aniversário quando esse cidadão entrou e assassinou brutalmente esse grande companheiro, que apenas estava comemorando o seu aniversário. Então, a nossa indignação com a Justiça do Paraná, que não deixou que fosse cumprida a pena no regime fechado, no dia seguinte já deu a liberdade e concedeu a ele a prisão domiciliar. Obrigada, Sr. Presidente. Obrigada, Sr.^s Deputados e Deputadas.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi - PSD): Queremos anunciar a presença do Vereador de Salto do Lontra, Sr. Diego Panho, e do Vereador de Pinhal de São Bento, Sr. Roberto Lavarda, por solicitação do Deputado Luiz Fernando Guerra.

DEPUTADA MARLI PAULINO (SD): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi - PSD): Pela ordem, Deputada Marli.

DEPUTADA MARLI PAULINO (SD): Senhor Presidente, colegas deputados e deputadas, todos que nos acompanham, boa tarde. Quero cumprimentar o nosso Presidente, que muito bem nos representou no evento dos Prefeitos em Foz Iguaçu. Parabéns, Presidente! Foi excelente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi - PSD): Muito obrigado.

DEPUTADA MARLI PAULINO (SD): Quero também cumprimentar o Governador Ratinho Júnior pela ousadia em liberar R\$ 6 bilhões para as obras de infraestrutura em todo Estado do Paraná, para programas de asfalto, moradias, iluminação pública e equipamentos. Quero aqui chamar a atenção dos colegas para que possamos, também, disponibilizar recursos para atender aos municípios afetados pelas fortes chuvas, especialmente Pinhais, São José dos Pinhais e Curitiba. Temos que nos preparar para esses eventos climáticos. Nossa região é propícia a alagamentos. Temos que separar alguns recursos para ajudar esses municípios, ação de curto e médio prazo. Precisamos conter os alagamentos e as enchentes que invadem as casas da nossa população. E diferente, também, quero dizer aqui para Mabel Canto, diferente de lá onde está faltando água, aqui na nossa região tem água demais, Deputada. Então, assim, temos que fazer alguma coisa para conter essas enchentes e, também, para essa falta de água que tem em alguns municípios. Então, temos que encontrar um caminho para esses problemas. Muito obrigada, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi - PSD): Pela Liderança da Oposição, Deputado Arilson Chiorato.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): “Poupa tempo”. “Poupa tempo” aparece para muitos como um sistema de atendimento aos cidadãos do Estado

de São Paulo. Aqui no Paraná, “poupa tempo” significa a pressa do Governo do Estado do Paraná em licitar um sistema de atendimento ao cidadão a um custo bilionário, quase um bilhão de reais, que se corrigido, com certeza, vai dar isso. Quero aqui hoje tratar desse tema, conhecido aqui nesta Casa porque esse tema veio lá de trás, desde 2013. Existe um processo de concorrência pública de forma presencial, com registro de preço e técnica, que busca implementar, fazer gestão, operação e manutenção de unidades de atendimento aos cidadãos do Estado do Paraná. Serviços que vão atender principalmente ao Detran, à Secretaria de Fazenda, outros órgãos, no valor de quase um bilhão de reais. Orçamento esse que já foi indagado, inclusive, porque as três empresas que participaram para dar a base do edital eram do mesmo Estado na época. Agora, a 4.ª Inspetoria do TSE fez apontamentos sérios, como a identificação de sobrepreço, de ilegalidades na orçamentação, hipótese de restrição indevida à competitividade, modelo de disputa incorreto, ausência de regra de transparência e tecnologia ao término dos contratos e uso de documentação, pasmem, sem assinatura dos responsáveis para fundamentar o certame. É um misto de ansiedade com o sentimento de poder absoluto em não cumprir o que determina o TSE, mas vou mais longe ainda: existe uma decisão judicial que suspendeu esse mesmo certame e o Governo do Estado resolveu licitar isso. Vou relembrar a todos aqui de forma bem rápida. Em 2013, à época, o projeto era avaliado em R\$ 3 bilhões e houve uma crítica muito grande aqui desta Casa e esse projeto saiu de pauta. Em 2014, retomado com o tema “*Tudo Aqui*”, o Governo sinalizou a implantação desse programa. Não conseguiu avançar porque tinham muitos órgãos de fiscalização, à época, cobrando sobre isso. Em 2019, a própria empresa Poupatempo de São Paulo propõe ressuscitar as centrais de atendimento do Paraná, fez um movimento, trazendo uma nova proposta, mas agora, em 30 de outubro de 2024, o TJ do Paraná suspendeu essa licitação devido às irregularidades que restringem a competitividade, como a posição de exigência que limitava a participação de outras empresas. Todavia, em 26/01/2025 – descobri isso por conta de uma matéria publicada aqui na RIC –, o Governo relança licitação bilionária mesmo com suspensão de justiça. Fui investigar um

pouco sobre isso. O Governo ignora a suspensão judicial e o Governo republicou o edital com modificações pontuais, alegando que as irregularidades foram sanadas, sem autorização do Desembargador Rogério Etzel. Eu vi lá que tinham três não cumprimentos de requisitos. A PGE alega – estão aqui os esclarecimentos – que corrigiu um e que, na avaliação dela própria, os outros dois estão corrigidos. Por isso, o edital pode sair. Isso é uma afronta ao Tribunal de Justiça e ao Poder Judiciário aqui no Estado do Paraná. E ficamos perguntando e indagando: por que tamanha pressa? Estamos há seis anos no Governo, por que não se discutiu isso amplamente com a sociedade? Aliás, tínhamos que ter aqui um Projeto de Lei para que todo o Projeto de grande vulto financeiro, como é este de R\$ 1 bilhão, passe aqui dentro para discussão e audiência pública. Não teve! Mas o fato é que dia 21 de março vai ter a licitação, e a licitação visa contratar uma empresa para operar em 20 pontos de atendimento, por 18 cidades do Paraná. E aí veio uma denúncia para o nosso gabinete dizendo que esse edital é viciado. Edital viciado! O que significa? De cartas marcadas. E ao pesquisar isso encontrei que já existe, inclusive no Tribunal de Contas, uma documentação protocolada por um escritório paulista que coloca quatro pontos, que um deles concordo plenamente. A ausência de justificativa plausível para licitação em torno de lote único – sabemos o que é isso, discutimos modelos semelhantes a esse, como o do pedágio aqui no Paraná. O texto do edital, ao tratar sobre lote único, faz barreira à competição e não há, no mercado nacional, empresas de terceirização de mão de obra que possam tal desiderato de criar ou desenvolver sua própria plataforma digital como está especificado. O item “C” é gravíssimo: a exigência de atestado de capacidade técnica dos itens representa mais de 50% do quantitativo a ser contratado, restringindo competitividade. E, por fim, a última denúncia: a exigência mencionada na alínea anterior somente é atendida por duas empresas no país, Shopping do Cidadão e Marquise, que ambas atuam em consórcio no Ceará, chamado Ceará Cidadão, mas que elas participam do processo aqui de forma conjunta também. Ou seja, a pressa, o poupa tempo é para poupar o tempo de licitação; é para poupar as empresas de virem participar e baixar o

preço; é para poupar a especulação e o poder de atuação do Tribunal de Contas, do Tribunal de Justiça e desta Casa. E aqui, meus amigos e amigas Deputados, temos que tomar alguma postura sobre isso. É impossível que alguém venha trazer um desenho desse de fora e nós aqui não sabemos de tanta informação. Isso é o Governo do Paraná. Recebeu essas notificações, está no processo do Tribunal de Contas. O que fez o Governo para acelerar isso? Poupa tempo aqui, similar ao de São Paulo, claro que é muito bem-vindo. O projeto lá em São Paulo avançou, mas eles têm trabalhado em uma forma de concessão pública. O poder público tocava esse processo. Os outros órgãos do Estado, dos outros Poderes participavam da concessão e era concessão. O que é concessão? Não está dando resultado corta e termina. Por que o Governo do Paraná, já que quer fazer um projeto desse, não atua de forma de concessão? E vem fazer esse embaraço todo aí. Olha que situação passa o Paraná, sendo que tem bastante tempo para discutir isso e não pouco tempo como quer o Governo. Temos todo interesse que seja discutido, porque a ideia é boa. A forma de melhorar para as pessoas tirarem certidões, guias, acessarem o serviço público é boa. Lá em São Paulo começou em 1995, se não me engano, e veio tramitando o uso de software livre, uso de software com propriedade, participação do Ministério Público, participação da Secretaria de Fazenda, de Trabalho, de Administração, das polícias. A ideia é boa. Agora, para que atropelo? É a mesma característica dos modelos de regime de urgência que tramitaram nesta Casa. E não me custa relembrar quais foram os modelos de regime de urgência: cessão das rodovias do pedágio, Celepar, Copel, Compagas, tudo com pouco tempo para discussão em urgência. Agora, o que é para poupar o tempo não pode ter uma discussão? Não pode ter uma informação a maior? Aí nós somos pegos por denúncias feitas pelos concorrentes, e colocadas ao Tribunal de Contas que, com certeza, notificou o Estado e já tem uma decisão do TJ de não fazer, porque está suspenso por causa de três cumprimentos que não foram sanados. Aí o Estado do Paraná lança isso. Não atende o TCE, não atende o TJ, mas, mais do que isso, não atende o povo do Paraná. O povo do Paraná nunca quis discussões tão rápidas, poupando tempo de coisa tão importante. Quando a coisa é importante temos

que ter bastante tempo, bastante paciência e bastante ouvido democrático para ouvir o que a Oposição fala e outros que não concordam, mas que acham que pode ser modificado e melhorado. Eu não sou contra o projeto, sou contra ao que se está dando a entender que vai dar esse projeto. Pouco tempo para pouca gente se explicar da lambança que foi feito.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Pela Liderança do Governo, Deputado Hussein Bakri. Anunciar a presença da Vereadora de Pinhais, Sr.^a Miss Preta, por solicitação da Deputada Ana Júlia.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Senhor Presidente, colegas, com todo respeito que a Oposição merece, acho que esses 24% de aprovação do Lula está judiando, mas está judiando que você não imaginam. Acho que ele vai ficar devendo aprovação. Menos 14% vai terminar assim se continuar. E o discurso que se pratica aqui, Presidente, faça o que eu digo, mas não faça o que eu faço. Quando fomos votar aqui a lei ambiental, quase morremos aqui. Os caras bateram, pau, pau, pau, uma lei ambiental moderna; aí o Presidente, o que ele fala para o Ibama? *“Chega de lenga-lenga”*. Parabéns, Presidente! Parabéns! Chega de lenga-lenga. Então, o seguinte: só eles precisam decidir qual PT que eles querem, se é o chega de lenga-lenga ou qual que eles querem. Até porque, Sr. Ex-Presidente Traiano, nunca vi uma derrocada tão rápida como está acontecendo agora. E fico triste. Eu estava torcendo pelo Governo Lula, porque sou brasileiro. Aqui não tem demagogia nenhuma. Fico triste porque estou vendo muito antes do tempo que imaginava uma derrocada. Vai terminar muito mal. Quero dar um recado para o pessoal da Esquerda: nos tratem melhor. Vocês vão precisar de nós, gente. Tratem-nos melhor, vão precisar de nós do PSD. Vocês vão precisar do MDB. Vocês vão precisar do União Brasil. Está chegando ao impeachment! Ou vocês não sentiram a fritura? Alguém não sentiu? *“Impeachment já, já, já! Quem rouba tem que pagar, pagar, pagar!”* Lembra? Alguém lembra disso aqui? Eu lembro. Eu lembro muito bem. E está chegando a hora. Então, o seguinte: em vez de ficarem batendo em nós, parem! Parem com isso! Venham nos abraçar, quem sabe vamos defender vocês. Não precisa

abraçar, mas dá a mão. Venham aqui, vamos nos ajudar. Vamos parar com esses troços de “poupa tempo”. Desde 2013 que está rodando! Agora, o papel do Deputado Arilson acho bacana. O que tiver que fazer esclarecimentos vou fazer. O que tiver que trazer de respostas vou trazer, porque esse é o meu papel como Líder e vou fazer. Só acho que temos que se tocar, às vezes, não é? Tem que se tocar do momento que está vivendo. Dá uma olhadinha para o lado e vê o que você está vivendo e dá uma segurada. É o que eu penso. Deputado pediu um aparte? Pois não.

Deputado Ricardo Arruda (PL): Seria muito interessante fiscalizarem as informações do IBGE, que virou uma fábrica de *fake news*. Eles soltaram uma informação que só tem 6,1% de desempregados no Brasil. Deputado Hussein, excluíram os 40 milhões que recebem Bolsa Família e não podem trabalhar, $\frac{1}{4}$ da população. Excluíram aqueles que não procuram emprego, estão fora. Disseram que estão acabando com a fome. Aí saiu no jornal que aumentou o número de moradores de rua em 25%. Quer dizer, tudo aumentou: alimento, imposto, combustível. O cara mente no IBGE e estão preocupados com coisas tão pequenas aqui. Então, você falou muito bem, Deputado Hussein. Dia 16 de março todo mundo nas ruas. *Fora Lula!* O impeachment das pedaladas que já começou a dar. Vamos em frente que o Brasil vai voltar à normalidade.

Deputado Marcelo Rangel (PSD): Permite-me um aparte?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Pois não, Deputado.

Deputado Marcelo Rangel (PSD): Nosso Líder, prestei bem atenção no pronunciamento do nobre Deputado Arilson que, aliás, é um grande orador. E o Deputado da Oposição inclusive valorizou o projeto, dizendo que é uma grande ideia, que é importante a implantação aqui no Estado do Paraná, mas também disse que precisaria mais tempo para avaliar, para discutir. Desde 2013 se fala a respeito desse projeto. Também na tribuna ele citou o exemplo do Ceará, que já existe um projeto semelhante e em outros Estados também, ou seja, o debate a respeito do “*Poupatempo*” já se arrasta há muito tempo, e é de extrema

importância e precisamos de celeridade para implantar urgentemente o projeto no Estado do Paraná, nos moldes que o nosso Governador Ratinho Júnior espera. Lembrando, nosso Líder, que tudo foi sanado. O próprio Deputado falou na tribuna que as dúvidas que foram apontadas foram sanadas e, agora, está indo para um processo de licitação completamente transparente. Então, parabéns ao Governo do Estado pela boa ideia e pelo andamento do projeto.

Deputado Gugu Bueno (PSD): Um aparte. Deputado.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): As centrais visam centralizar os atendimentos em um espaço único, facilitando o acesso dos paranaenses a documentos. Isso representa um passo importante na modernização, Deputado Gugu, vai gerar economia. No entendimento da PGE, a continuidade configura medida lícita adequada já devidamente comunicado ao Poder Judiciário. Quero explicar que esse valor é para cinco anos. Isso ninguém explica. É um valor do serviço para cinco anos, Deputado Gugu.

Deputado Luiz Claudio Romanelli (PSD): Deputado Hussein, permite-me um aparte?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): O Deputado Gugu pediu antes. Por favor, em seguida.

Deputado Gugu Bueno (PSD): Deputado Hussein, Deputado Líder do Governo, primeiro, mais uma vez, dizer da maneira magnífica que V.Ex.^a, muito ponderadamente, rebate essas questões com números, com informações, com informações concretas. Eu que tive o privilégio de ser seu vice-líder por muitos anos nesta Casa, e é óbvio que não podemos nos furtar dessa discussão, porque é uma discussão importante. Estive em São Paulo duas, três vezes, no ano passado, e esse é um projeto que lá acontece há mais de 20 anos e que tem uma aprovação de 90% do cidadão paulista. Algo que realmente facilita a vida do cidadão. E o Governo aqui não tem nenhum problema de corrigir equívocos e assim que o edital foi suspenso, o Governo corrigiu o edital e lançou novamente.

Tudo dentro de uma ordem jurídica. Mas quero aproveitar a sua fala, Deputado Hussein, agradecer a presença de todos os deputados que estiveram lá no nosso Show Rural, durante a Sessão da Assembleia Legislativa, e fazer aqui uma reflexão. Tivemos lá o maior evento, o maior evento do agronegócio da América Latina, um evento que movimentou R\$ 7 bilhões, Deputado Hussein, com mais de 500 mil visitantes e nenhum show. É um evento técnico, de trabalho, de aprendizado. O Governo Federal não enxergou o Show Rural, não teve um representante do Governo Federal, de algum Ministério, visitando o nosso Show Rural, o maior evento, Deputado Élio Rusch, do agronegócio da América Latina. Isso talvez explique um pouco a forma com que o Governo Federal está desconectado da nossa base, da nossa sociedade. Parabéns, Deputado Hussein!

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Obrigado! Tenho dois inscritos: o Deputado Romanelli e o Deputado Traiano.

Deputado Luiz Claudio Romanelli (PSD): Deputado Hussein, queria sugerir a V.Ex.^a, como é um projeto muito interessante e que pode servir à população paranaense de forma diferenciada, V.Ex.^a poderia trazer aqui e convidar os deputados, ou pela Liderança do Governo ou em uma comissão permanente, os responsáveis pela implantação do projeto, para fazer uma explicação para os deputados que desejarem conhecer melhor o projeto do “*Poupatempo*”, que, indiscutivelmente, é uma prestação de serviço que buscar melhorar a prestação de serviço que o Estado faz. Acho que valeria a pena fazer esse debate, aproximar, enfim, a Casa conhecer. E só queria dizer, se me permite até pela fala do Deputado Gugu, que fantástico o Show Rural em Cascavel, presença da Assembleia Itinerante. Ao mesmo tempo, o Dilvo Grolli, o organizador, Presidente da Coopavel, que economia é essa deste País que não dá para entender algumas contradições entre os grupos de *WhatsApp* e o mundo real, porque o ano passado 6 bilhões e 100 milhões comercializados no Show Rural, este ano 7 bilhões. Eita Brasilzão, não é, que resiste a tudo!

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Obrigado. Deputado Traiano.

Deputado Ademar Traiano (PSD): Deputado Hussein, volto à tribuna pedindo um aparte a V.Ex.^a. Estado moderno não pode mais ficar à mercê de picuinhas, de iniciativas que não levem a lugar algum. Nosso Estado do Paraná é um estado de vanguarda. O Governador Ratinho fez profundas mudanças no Estado e tanto é, claro, que o Paraná hoje é uma referência do País, pelas inovações, em receita. O que podemos falar sobre um estado que anuncia para os municípios R\$ 7 bilhões, na cidade de Foz do Iguaçu? É um fato raro, é um feito raro. Portanto, vivemos de denúncia vazia não chega a lugar algum. Quantas e quantas denúncias já aconteceram daquela tribuna... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi - PSD): Um minuto para V.Ex.^a concluir.

Deputado Ademar Traiano (PSD): ... e não se chegou a lugar algum. Portanto, vamos trabalhar de forma propositiva. O “Poupatempo” é uma realidade em todo o Brasil, é facilitar a vida das pessoas, e é exatamente isso que o Governador vem propondo aos paranaenses. Parabéns pela sua fala!

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Queria agradecer a todos que se manifestaram e dizer que se no Paraná tem o “poupa tempo”, no Brasil nós precisamos do “poupa comida” que é o que está faltando para o povo.

DEPUTADO EVANDRO ARAÚJO (PSD): Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi - PSD): Pela ordem, Deputado Evandro.

DEPUTADO EVANDRO ARAÚJO (PSD): Presidente, não sei o que está acontecendo, mas meu nome não consta no painel. Eu não estou presente nesse painel. Estou tentando aqui fazer a minha presença, mas não consigo, não tem meu nome no painel, Excelência.

DEPUTADO MATHEUS VERMELHO (PP): Senhor Presidente, na mesma esteira...

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi - PSD): Já vamos verificar, Deputado Evandro. Já determinei à nossa Diretoria de Plenário aqui que...

DEPUTADO THIAGO BUHRER (UNIÃO): Até agradeço, Presidente, porque está o nome do meu pai ainda, Francisco Buhrer. Então acho que houve alguma mistura ali. Até brinquei com ele aqui no *WhatsApp*, que ele não estava presente na Sessão hoje.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi - PSD): Em homenagem ao seu pai, Deputado Thiago, que foi um grande Deputado desta Casa.

DEPUTADO THIAGO BUHRER (UNIÃO): Obrigado, Deputado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi - PSD): Já foi corrigido?

DEPUTADO EVANDRO ARAÚJO (PSD): Foi corrigido, Excelência.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi - PSD): Passamos à Ordem do Dia.

ORDEM DO DIA.

[Iniciou-se a apreciação das matérias constantes da Ordem do Dia. Presidente sem voto. Votações realizadas pelo processo simbólico ou através de aplicativo para votações. Para cômputo do quórum, registrou-se a presença dos seguintes Parlamentares: Adão Litro (PSD), Ademar Traiano (PSD), Alexandre Amaro (REP), Alexandre Curi (PSD), Alisson Wandscheer (SD), Ana Júlia (PT), Arilson Chiorato (PT), Artagão Junior (PSD), Batatinha (MDB), Bazana (PSD), Cantora Mara Lima (REP), Cloara Pinheiro (PSD), Cobra Repórter (PSD), Cristina Silvestri (PSDB), Delegado Jacovós (PL), Delegado Tito Barichello (UNIÃO), Denian Couto (PODE), Do Carmo (UNIÃO), Doutor Leonidas (CDN), Doutor Antenor (PT), Evandro Araújo (PSD), Fábio Oliveira (PODE), Flávia Franscischini (UNIÃO), Gilberto Ribeiro (PL), Gilson de Souza (PL), Goura (PDT), Gugu Bueno (PSD), Hussein Bakri (PSD), Jairo Tamura (PL), Luciana Rafagnin

(PT), Luiz Corti (PSB), Luiz Claudio Romanelli (PSD), Luiz Fernando Guerra (UNIÃO), Mabel Canto (PSDB), Marcelo Rangel (PSD), Marcio Pacheco (PSD), Márcia Huçulak (PSD), Maria Victória (PP), Marli Paulino (SD), Matheus Vermelho (UNIÃO); Moacyr Fadel (PSD), Nelson Justus (UNIÃO), Ney Leprevost (UNIÃO), Paulo Gomes da TV (PP), Professor Lemos (PT), Renato Freitas (PT), Requião Filho (PT), Ricardo Arruda (PL), Richembach (PSD), Samuel Dantas (SD), Soldado Adriano José (PP), Tercílio Turini (PSD), e Thiago Buhrer (UNIÃO) (53 Parlamentares); **Deputados ausentes com justificativa:** Anibelli Neto (MDB) (Req. 0145 - Art. 97, § 3º, IV do Regimento Interno) (1 Parlamentar).]

Proposições protocoladas, para conhecimento dos Deputados.

Projetos de Lei: (Encaminhados à Diretoria Legislativa para registro, autuação e tramitação.) **Autuado sob o n.º 40/2025**, do Deputado Delegado Jacovós, que concede o título de utilidade pública à Casa Assistencial ACL Maringá, com sede no município de Maringá; **Autuado sob o n.º 41/2025**, do Deputado Hussein Bakri, que declara Santos Dumont o Patrono do Turismo Paranaense; **Autuado sob o n.º 42/2025**, do Deputado Alexandre Amaro, que concede o título de utilidade pública à Associação Telemacoborbense para Inclusão, Trabalho e União dos Deficientes; **Autuado sob o n.º 43/2025**, dos Deputados Alexandre Curi e Ricardo Arruda, que dispõe sobre a vedação de reprodução de músicas e videoclipes com letras e coreografias que façam apologia ao crime, ao uso de drogas, ou expressem conteúdos verbais e não verbais de cunho sexual e erótico, nas unidades escolares de ensino do Estado do Paraná, e estabelece outras providências; **Autuado sob o n.º 44/2025**, do Deputado Goura, que concede o título de utilidade pública à Associação Instituto de Inovação e Tecnologia Cidade Smart, com sede no município de Curitiba; **Autuado sob o n.º 45/2025**, do Deputado Marcelo Rangel, que altera a Lei n.º 4.978/64, que estabelece o Sistema Estadual de Ensino, e dá outras providências; **Autuado sob o n.º 46/2025**, do Deputado Marcelo Rangel, que dispõe sobre a regulamentação da educação financeira no âmbito do Estado do Paraná e dá outras providências; **Autuado sob o n.º 47/2025**, do Deputado Delegado Jacovós, que concede o Título de Cidadão

Benemérito do Estado do Paraná ao Senhor Givanildo Nogueira Constantinov; **Autuado sob o n.º 48/2025**, do Deputado Soldado Adriano José, que estabelece diretrizes para a contratação de shows, artistas e eventos culturais financiados com recursos públicos, visando a proteção da infância e da adolescência contra apologia ao crime organizado e ao uso de drogas ilícitas e dá outras providências; **Autuado sob o n.º 49/2025**, do Deputado Batatinha, que institui as Semana Estadual de Incentivo à Doação de Corpos para fins científicos e dá outras providências; **Autuado sob o n.º 50/2025**, da Deputada Cristina Silvestri, que institui o dia 13 de julho como o Dia Música e Viola Caipira no âmbito do Estado do Paraná; **Autuado sob o n.º 51/2025**, do Deputado Gilson de Souza, que concede o título de utilidade pública à Associação Projeto de Futebol Formação de Atletas RCS, com sede no município de Colombo; **Autuado sob o n.º 52/2025**, do Deputado Goura, que altera a Lei n.º 20.710, de 23 de setembro de 2021, que concede o título de utilidade pública à Associação Desportiva Padre Carlos, com sede no município de Ponta Grossa; **Autuado sob o n.º 53/2025**, da Deputada Márcia Huçulak, que consolida a legislação pertinente à Assistência à Saúde Materno-Infantil no Estado do Paraná, instituindo o Código de Saúde Materno-Infantil; **Autuado sob o n.º 54/2025**, da Deputada Maria Victória, que concede o título de utilidade pública à Associação SOS – Focinhos em Perigo; **Autuado sob o n.º 55/2025**, do Deputado Delegado Tito Barichello, que institui o Cadastro Estadual de Animais Aposentados (CEAA) no Estado do Paraná e reconhece a relevância do serviço prestado pelos animais empregados em atividades públicas; **Autuado sob o n.º 56/2025**, do Deputado Delegado Tito Barichello, que dispõe sobre a assistência vitalícia e o atendimento veterinário prioritário aos animais que prestaram serviço ao Estado do Paraná e dá outras providências; **Autuado sob o n.º 57/2025**, do Deputado Delegado Tito Barichello, que dispõe sobre a aplicação de sanções administrativas para coibir a receptação e o comércio ilícito de materiais metálicos no Estado do Paraná; **Autuado sob o n.º 58/2025**, do Deputado Hussein Bakri, que declara a carne de onça como patrimônio de natureza cultural imaterial do Estado do Paraná.

Passamos aos Itens da pauta.

Há quatro Redações Finais.

ITEM 1 – Redação Final do Projeto de Lei n.º 574/2023, de autoria dos Deputados Marcio Pacheco, Douglas Fabrício, Tercílio Turini, que institui a Semana de Conscientização da Importância do Uso da Vitamina D.

ITEM 2 – Redação Final do Projeto de Lei n.º 885/2023, de autoria do Deputado Professor Lemos, que institui o Dia Estadual do Extensionista Rural, a ser comemorado anualmente em 6 de Dezembro.

ITEM 3 – Redação Final do Projeto de Lei n.º 995/2023, autoria do Deputado Anibelli Neto, que insere no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná a Festa do Agricultor do município de Morretes, promovida anualmente no último domingo do mês de novembro.

ITEM 4 – Redação Final do Projeto de Lei n.º 568/2024, de autoria do Deputado Paulo Gomes, que Denomina “Pedreira Ivo Rodrigues” a área localizada no Município de Colombo, limite com o município de Curitiba, nas margens do Rio Atuba.

Não foram apresentadas Emendas de Redação. **Está dispensada a votação.**

ITEM 5 – Redação Final do Projeto de Lei n.º 463/2024, de autoria do Deputado Delegado Tito Barrichello, que institui a Campanha Permanente sobre a Síndrome de Williams no Estado do Paraná. **Retirado de ofício por esta Presidência.**

ITEM 6 – 2.º Turno do Projeto de Lei n.º 803/2023, de autoria do Deputado Ney Leprevost, que cria a Campanha Estadual de Conscientização sobre a Segurança Digital, para promover o uso seguro e responsável da tecnologia. Parecer favorável da CCJ, Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Ensino Superior e Comissão de Defesa dos Direitos da Criança, do Adolescente e da Pessoa com Deficiência. Em discussão o Projeto. Não havendo quem queira discutir, em votação. Como encaminham os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Pedimos o voto “sim”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Votando. Como votam os Deputados Gugu, Matheus Vermelho, Tito, Goura e Marcio Pacheco? Encerrada a votação: *[Votaram Sim: Ademar Luiz Traiano, Adão Litro, Alexandre Amaro, Alisson Wandscheer, Ana Julia, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello, Denian Couto, do Carmo, Dr. Antenor, Dr. Leônidas, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Jairo Tamura, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcelo Rangel, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Maria Victoria, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Paulo Gomes, Professor Lemos, Reichembach, Renato Freitas, Requião Filho, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Soldado Adriano José, Tercílio Turini e Thiago Buhrer (49 Deputados); Não Votaram: Alexandre Curi, Anibelli Neto, Cobra Repórter, Goura e Ney Leprevost (5 Deputados).]* Com 49 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 803/2023.**

ITEM 7 – 2.º Turno do Projeto de Lei n.º 191/2024, de autoria da Deputada Marli Paulino, que institui a Campanha Permanente de Conscientização e Prevenção da Sepse Neonatal no Estado do Paraná. Parecer favorável da CCJ, na forma do substitutivo geral, e Comissão de Saúde Pública. Em discussão o Substitutivo. Não havendo quem queira discutir, em votação. Como encaminham a Liderança do Governo e a Liderança da Oposição?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Liderança do Governo “sim”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Votando.

DEPUTADA MARIA VICTORIA (PP): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Pela ordem, Deputada Maria Victoria.

DEPUTADA MARIA VICTORIA (PP): Gostaria de reiterar o convite a todos os nobres parlamentares para hoje, às 18h30, faremos uma Sessão Solene em alusão aos 10 anos da Lei da Conscientização das Doenças Raras. Receberemos especialistas, faremos algumas homenagens. Fica o convite para os nobres Parlamentares que quiserem e puderem participar, serão muito bem-vindos. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Como votam os Deputados Luiz Claudio Romanelli e Paulo Gomes? Encerrada a votação: **[Votaram Sim: Ademar Luiz Traiano, Adão Litro, Alexandre Amaro, Alisson Wandscheer, Ana Julia, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Jacobós, Del. Tito Barichello, Denian Couto, do Carmo, Dr. Antenor, Dr. Leônidas, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Jairo Tamura, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcelo Rangel, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Maria Victoria, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Paulo Gomes, Professor Lemos, Reichembach, Renato Freitas, Requião Filho, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Soldado Adriano José, Tercílio Turini e Thiago Buhrer (51 Deputados); Não Votaram: Alexandre Curi, Anibelli Neto e Ney Leprevost (3 Deputados).] Com 51 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o substitutivo geral.****

ITEM 8 – 2.º Turno do Projeto de Lei n.º 635/2024, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 67/24, que altera a Lei n.º 18.381, de 15 de dezembro de 2014, que institui o serviço social autônomo PalcoParaná. Parecer favorável da CCJ, Comissão de Finanças e Tributação e Comissão de Cultura. Emenda de Plenário com parecer favorável da CCJ. Vamos apreciar neste momento o Projeto,

ressalvada a emenda. Em discussão o projeto. Não havendo quem queira discutir, em votação. Como encaminham os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Liderança do Governo “sim”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Votando.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Os que não votaram ainda, o nosso voto é “sim” para este importante Projeto.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Como votam os Deputados Fadel, Renato Freitas, Doutor Antenor e Arilson? Encerrada a votação: **[Votaram Sim: Ademar Luiz Traiano, Adão Litro, Alexandre Amaro, Alisson Wandscheer, Ana Julia, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello, Denian Couto, do Carmo, Dr. Leônidas, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Jairo Tamura, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcelo Rangel, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Maria Victoria, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Paulo Gomes, Professor Lemos, Reichembach, Renato Freitas, Requião Filho, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Soldado Adriano José, Tercílio Turini e Thiago Buhrer (50 Deputados); Não Votaram: Alexandre Curi, Anibelli Neto, Dr. Antenor e Ney Leprevost (4 Deputados).] Com 50 votos favoráveis e nenhum voto contrário, está aprovado o Projeto de Lei n.º 635/2024.**

Vamos apreciar agora a Emenda Supressiva de Plenário. Em discussão a emenda.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Para encaminhar, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Para encaminhar, Deputado Arilson.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Presidente, essa emenda aqui é fruto de um trabalho da Oposição. Ela visa no art. 3.º, Item 5.º, objetiva para que o PalcoParaná possa participar como proponente em atividades culturais, exceto à administração pública estadual, para evitar a concorrência desleal com os artistas e empreendedores culturais, que possuam estrutura menor do que a do PalcoParaná. Ou seja, aqueles shows que têm em comunidades, onde os pequenos artistas possam participar, e se essa empresa PalcoParaná participar, ela cria o empecilho, tira essas atividades culturais locais, na concorrência, obviamente, pelo valor e a estrutura grande que tem a empresa. No seu segundo ponto, no art. 11, Item 8.º, visamos suprimir o inciso que prevê que a PalcoParaná terá como fonte de receitas de valores advindos da participação em editais, justamente para colaborar com o artigo anterior que colocamos. Por isso, a Oposição pede voto “sim”. Peço aqui ao Governo que entenda a oportunidade de corrigirmos isso e deixarmos os pequenos empreendimentos culturais, pequenas bandas, duplas, poderem participarem do processo e não fazer uma concorrência desleal.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Para encaminhar, Deputado Hussein.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Deputado Arilson, Deputado Renato, fizemos todo o esforço possível. Os deputados da Oposição sabem que fazemos, independente de partido que pertença, mas neste caso não foi possível, Presidente, porque ela visa suprimir a possibilidade do PalcoParnaá participar como proponente de editais culturais ou outros instrumentos artísticos culturais, o que por si só desvirtua todo o processo de fomento à cultura envolvendo o ente. Portanto, peço aos colegas que compõem a base, respeitosamente, tentei construir, mas o nosso voto é “não” pelos fatores que elenquei. Por isso, peço o voto “não”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Em votação. Deputado Bazana, como vota? Deputado Ricardo Arruda, Doutor Antenor. Encerrada a votação: **[Votaram Sim: Ana Julia, Arilson Chiorato, Do Carmo, Dr. Leônidas, Evandro Araújo, Gilson de Souza, Goura, Luciana Rafagnin, Luiz Fernando Guerra, Maria Victoria, Marli Paulino, Professor Lemos, Renato Freitas, Requião Filho e Soldado Adriano José (15 Deputados); Votaram Não: Ademar Luiz Traiano, Adão Litro, Alexandre Amaro, Alisson Wandscheer, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Jacobós, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Jairo Tamura, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Mabel Canto, Marcelo Rangel, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Paulo Gomes, Reichembach, Samuel Dantas, Tercílio Turini e Thiago Buhrer (34 Deputados); Não Votaram: Alexandre Curi, Anibelli Neto, Dr. Antenor, Ney Leprevost e Ricardo Arruda (5 Deputados).] Com 15 votos favoráveis e 34 votos contrários, **está rejeitada a Emenda. (O Sr. Presidente, Deputado Alexandre Curi, registra em Ata o voto contrário dos Deputados Marli Paulino, Soldado Adriano José, Do Carmo, Gilson de Souza, Maria Victoria e Dr. Leônidas, ao invés do voto favorável, registrado no aplicativo de votações.)****

DEPUTADA MARLI PAULINO (SD): Presidente, acho que votei errado. Acho, deixe-me ver. Votei. Votei “não”. Votei “sim”. Essa confusão.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Vou registrar em Ata o voto da Deputada Marli. Devidamente registrado o voto da Deputada Marli, Soldado Adriano, Deputado Do Carmo, Deputado Gilson, Deputada Maria Victoria também devidamente registrado voto “não”. Devidamente registrado o voto do Deputado Dr. Leônidas.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Presidente, quero aqui registrar o crescimento exponencial da Oposição neste momento.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Devidamente registrado, Deputado Arilson.

ITEM 9 – 1.º Turno do Projeto de Lei n.º 434/2019, de autoria do Deputado Cobra Repórter, que Institui a Rota do Rosário nas Regiões Turísticas do Norte Pioneiro e dos Campos Gerais. Parecer favorável da CCJ e Comissão de Turismo. Em discussão o Projeto. Não havendo quem queira discutir, em votação. Como encaminham os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Voto “sim”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Votando.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Pessoal, é “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Como votam os Deputados Luís Corti, Luiz Fernando Guerra, Paulo Gomes, Requião Filho, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Cristina Silvestri, Delegado Jacovós e Dr. Antenor?

DEPUTADO ADEMAR TRAIANO (PSD): Senhor Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Pela ordem, Deputado Traiano.

DEPUTADO ADEMAR TRAIANO (PSD): Senhor Presidente, os Sr.^s Deputados da Comissão de Constituição e Justiça com certeza já foram notificados, faremos a primeira reunião amanhã, às 13h30, no horário regimental. Portanto, estou aqui fazendo o convite ao vivo para que estejam presentes. Vamos procurar, enquanto Presidente da CCJ, dar uma nova dinâmica à CCJ, buscando dar celeridade a todos os projetos, independente da posição política dos Sr.^s Deputados. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi - PSD): Devidamente registrado, Presidente Traiano. Encerrada a votação: **[Votaram Sim: Ademar Luiz Traiano, Adão Litro, Alexandre Amaro, Alisson Wandscheer, Ana Julia, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello, Denian Couto, do Carmo, Dr. Leônidas, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Jairo Tamura, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcelo Rangel, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Maria Victoria, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Paulo Gomes, Professor Lemos, Reichembach, Renato Freitas, Soldado Adriano José, Tercílio Turini e Thiago Buhrer (47 Deputados); Não Votaram: Alexandre Curi, Anibelli Neto, Dr. Antenor, Ney Leprevost, Requião Filho, Ricardo Arruda e Samuel Dantas (7 Deputados).]** Com 47 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 434/2019.**

ITEM 10 – Turno Único do Projeto de Lei n.º 159/2024, de autoria do Deputado Adriano José, que inclui no Calendário Oficial do Estado do Paraná a “ExpoTerra, Exposição Feira Agropecuária e Industrial de Terra Rica”. Parecer favorável da CCJ e Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural. Em discussão o Projeto. Não havendo quem queira discutir, em votação. Como encaminham os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Voto “sim”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Votamos “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi - PSD): Votando. Como votam os Deputados Renato Freitas, Ricardo Arruda, Flávia, Mabel e Nelson Justus? Encerrada a votação: **[Votaram Sim: Ademar Luiz Traiano, Adão Litro, Alexandre Amaro, Alisson Wandscheer, Ana Julia, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello, Denian Couto, do Carmo, Dr.**

*Leônidas, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Jairo Tamura, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcelo Rangel, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Maria Victoria, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Paulo Gomes, Professor Lemos, Reichembach, Renato Freitas, Soldado Adriano José, Tercílio Turini e Thiago Buhrer (46 Deputados); **Não Votaram:** Alexandre Curi, Anibelli Neto, Dr. Antenor, Nelson Justus, Ney Leprevost, Requião Filho, Ricardo Arruda e Samuel Dantas (8 Deputados).] Com 46 votos favoráveis e nenhum voto contrário, está aprovado o Projeto de Lei n.º 159/2024.*

(Não havendo mais matéria a ser deliberada na pauta da Ordem do Dia, passou-se à votação dos Requerimentos.)

REQUERIMENTOS.

Requerimentos aprovados e encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.

Requerimento n.º 72/2025, do Deputado Tercílio Turini e demais Parlamentares, solicitando o envio de expediente ao Sr. Superintendente Regional do Departamento Nacional de Infraestrutura no Estado do Paraná, requerendo a máxima urgência na recuperação dos trechos deteriorados da BR-376; **Requerimento n.º 75/2025**, do Deputado Luiz Cláudio Romanelli, solicitando o registro e o envio de menção honrosa à Sra. Lidiane Marcondes Andrade de Mattos, pelos relevantes serviços prestados no Campo de Compliance, evidenciando seu impacto transformador em âmbito nacional; **Requerimento n.º 76/2025**, do Deputado Cobra Repórter, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário de Estado da Infraestrutura e Logística do Paraná-SEIL/PR, requerendo gestão junto às companhias aéreas que operam no transporte de passageiros no Estado, visando à ampliação da freqüência de vôos na rota Londrina-Curitiba e vice-versa, com o objetivo de atender ao crescimento da demanda, fomentar o desenvolvimento econômico regional e aprimorar a conectividade aérea

paranaense; **Requerimento n.º 77/2025**, do Deputado Cobra Repórter, solicitando o envio de expediente à Delegacia Fluvial de Guaíra da marinha do Brasil e ao II^{mo}. Sr. Diretor-Geral do DER/PR, requerendo providências urgentes para a desinterdição da ponte sobre o Rio Ivaí, localizada na rodovia PR-317, entre os municípios de Engenheiro Beltrão e Floresta, em razão de colisão envolvendo uma balsa, ocorrida em dezembro de 2024, que compromete significativamente o fluxo de veículos até o presente momento; **Requerimento n.º 78/2025**, da Deputada Flávia Francischini, solicitando o envio de expediente ao Ex^{mo} Sr. Armando Antonio Sobreiro Neto, SubProcurador-Geral da Justiça para Assuntos Jurídicos do Ministério Público do Estado do Paraná, requerendo a apreciação da viabilidade de adoção de medidas urgentes em recente caso de abuso sexual contra crianças e adolescentes recentemente no município de Curitiba; **Requerimento n.º 79/2025**, do Deputado Ney Leprevost, solicitando o envio de expediente à Secretaria Municipal do Meio Ambiente, requerendo providências para a limpeza, revitalização e manutenção e zeladoria da Praça da França, no bairro Seminário; **Requerimentos n.ºs 80 e 82/2025**, do Deputado Ney Leprevost, solicitando o envio de expediente ao Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba - IPPUC, com cópia para a Secretaria Municipal de Obras Públicas - SMOP, requerendo análise de viabilidade para o recapeamento asfáltico: da rua Adolfo Lutz, no bairro Santa Felicidade; e rua Rubens Cardoso de Brito, no bairro Guabirotuba; **Requerimento n.º 81/2025**, do Deputado Cobra Repórter, solicitando o envio de expediente ao Sr. Diretor-Geral do DER/PR, requerendo providências urgentes para a manutenção e o reparo de uma rachadura no Viaduto situado na PR-445; **Requerimento n.º 83/2025**, do Deputado Cobra Repórter, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário de Estado da Infraestrutura e Logística do Paraná - SEIL/PR e ao II^{mo}. Sr. Superintendente Regional do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT no Estado do Paraná, requerendo a implantação de radares eletrônicos no trecho da BR-369, nas proximidades da rotatória que interliga os municípios de Rolândia e Cambé, a fim de prevenir excessos de velocidade e acidentes; **Requerimento n.º 84/2025**, do Deputado Ney Leprevost, solicitando o envio de expediente ao

Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba - IPPUC, requerendo providências para a construção de calçada na rua Izidoro Wosch e na rua Mário Beraldi, no bairro Santa Cândida; **Requerimento n.º 85/2025**, do Deputado Ney Leprevost, solicitando o envio de expediente à Secretaria Municipal de Educação, ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e ao Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência, requerendo análise de providências para melhorias no atendimento do transporte escolar especial; **Requerimento n.º 86/2025**, do Deputado Ney Leprevost, solicitando o envio de expediente à 3.ª Companhia do 12.º Batalhão da Polícia Militar do Paraná, requerendo providências para o aumento das rondas ostensivas no bairro Campo Comprido; **Requerimento n.º 87/2025**, do Deputado Ney Leprevost, solicitando o envio de expediente à Prefeitura Municipal de Curitiba e à Secretaria Municipal de Saúde, requerendo providências para verificar a falta do fornecimento do leite Pregomin Pepti na Unidade Concórdia, no bairro Pinheirinho; **Requerimento n.º 88/2025**, do Deputado Ney Leprevost, solicitando o envio de expediente à Secretaria Municipal do Meio Ambiente - SMMA de Curitiba, requerendo providências para a limpeza, revitalização e manutenção do Bosque dos Mundiais, no bairro Portão; **Requerimento n.º 89/2025**, do Deputado Ney Leprevost, solicitando o envio de expediente ao DER/PR, encaminhando sugestão recebida para a criação do Terminal Rodoviário de Fazenda Rio Grande; **Requerimento n.º 90/2025**, da Deputada Maria Victória, solicitando o envio de votos de congratulações aos homenageados em alusão aos 10 anos da Lei n.º 18.646, de 10 de dezembro de 2015, que institui o Dia e a Semana Estadual de Informação e Pesquisa sobre Doenças Raras, e cria o Fevereiro Lilás; **Requerimento n.º 91/2025**, do Deputado Batatinha, solicitando o envio de expediente ao Secretário de Estado da Administração e Previdência, encaminhando Ofício n.º 488/2024 da Câmara Municipal de Cascavel e a Moção n.º 93/2023, de autoria do Vereador Dr. Lauri; **Requerimento n.º 92/2025**, do Deputado Marcelo Rangel, solicitando o registro e o envio de menção honrosa aos S^{rs}. Participantes relacionados da Operação Integrare; **Requerimento n.º 93/2025**, do Deputado Ney Leprevost, solicitando o envio de votos de pesar à família pelo falecimento do Sr. Jaime Gonçalves,

ocorrido no dia 29 de janeiro e 2025; **Requerimentos n.^{os} 94, 95, 97/2025**, do Deputado Batatinha, solicitando o envio de expediente ao Secretário de Infraestrutura e Logística, encaminhando: Ofício n.^o 001/2025 da Câmara Municipal de Nova Aurora, requerendo gestões de sinalização na PR-239, município de Nova Aurora; Ofício n.^o 002/2025 da Câmara Municipal de Nova Aurora, requerendo gestões para a construção de um trevo na Rodovia Vereador Jocelino Pereira dos Santos, PR-180, no entrocamento da Unidade da Cooperativa Copacol acesso ao Distrito de Marajó; Oficio n.^o 003/2025, da Câmara Municipal de Nova Aurora, requerendo gestões a construção de uma pista de caminhada na PR-180, no município de Nova Aurora; **Requerimento n.^º 96/2025**, da Deputada Ana Júlia, solicitando o registro e o envio de menção honrosa à Perita Científica, S^{ra}. Carolina Dias, primeira mulher a assumir a Presidência do Sindicato; **Requerimento n.^º 98/2025**, do Deputado Batatinha, solicitando o envio de expediente ao Secretário de Estado da Educação, requerendo a construção de um prédio escolar no Distrito do Portão Ocoi, município de Missal, em razão do aumento da demanda de alunos atendidos no Núcleo Escolar da localidade; **Requerimento n.^º 106/2025**, do Deputado Tercílio Turini, solicitando o envio de votos de pesar à família pelo falecimento do Sr. Dinarte Bueno Guerreiro, ocorrido no dia 11 de fevereiro; **Requerimento n.^º 107/2025**, do Deputado Luiz Cláudio Romanelli, solicitando o envio de expediente ao Governador do Estado do Paraná, requerendo a reavaliação do Programa Estadual de Transferência de Renda - Comida Boa, visando adequação nos valores pagos atualmente, conforme específica; **Requerimentos n.^{os} 109 a 134/2025**, do Deputado Ney Leprevost, solicitando o registro e o envio de votos de louvor e congratulações a: jovem Leonardo Brandt de Macedo, pelos relevantes serviços prestados ao Paraná na área do esporte e pela conquista da Medalha de Prata no revezamento misto 4x1500 metros, feito inédito para o Brasil; ao Dr. Rubens Cat, em reconhecimento aos relevantes serviços prestados aos paranaenses na área de Medicina, destacando sua dedicação e compromisso na promoção da importância das avaliações médicas em crianças para a prática de atividades físicas; Dr. Luiz Fernando Casagrande Pereira, pela posse como

Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Paraná - OAB/PR, para o triênio 2025 - 2027; ao Instituto de Engenharia do Paraná (IEP), pela celebração dos 99 anos de sua fundação; à Professora Andreia Caldani, pela posse como Reitora da Universidade Positivo; Sr. Flávio Gotardo Coelho de Souza, pela posse como Presidente da Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Estado do Paraná - FACIAP; Sr. Pedro Joanir Zonta, pelos 51 anos da Rede de Supermercados Condor, celebrado em 13 de março de 2025; Sr. Alessandro Picoli e ao Kurytyba Gastronomia, pela conquista do Prêmio Destaque Abrasel & Topview 2024, na Categoria Regional Brasileira; Sra. Tatiana Pereira Rodrigues e a Chácara das Vaquinhas Gastronomia, pela conquista do Prêmio Destaque Abrasel & Topview/2024, na Categoria Gastronômica Rural; Sr. Alessandro Spréa e Boi And Beer Açaougue Moderno, pela conquista do Prêmio Destaque Abrasel & Topview/2024, na Categoria Carnes; Sr. Délio Canabrava e Cantina do Délio, pela conquista do Prêmio Destaque Abrasel & Topview/2024, nas categorias Massas e Chef Empresário; Sr. Eduardo Hermes e a Jauense Confeitaria, pela conquista do Prêmio Destaque Abrasel & Topview/2024, na categoria Confeitaria; Sr. Henrique de Brito Losso e La Bodega Churrasco & Co, pela conquista do Prêmio Destaque Abrasel & Topview/2024, na categoria Empreendedor Regional de Guarapuava; Sr. José Antônio Baggio e Pizzaria Baggio, pela conquista do Prêmio Destaque Abrasel & Topview/2024, na categoria Pizzaria; Sr. Luiz Fernando Menuci e Happy Burger, pela conquista do Prêmio Destaque Abrasel & Topview/2024, na categoria Hambúrgueria; Sr. Luiz Otávio Franco de Souza e Lucca Cafés Especiais, pela conquista do Prêmio Destaque Abrasel & Topview/2024, na categoria Cafeteria; Sr. Marcelo Toshio Remza e Jabuti Bar, pela conquista do Prêmio Destaque Abrasel & Topview/2024, na categoria Bares; Sr. Marcos Drumond e cazamaki Sushi, pela conquista do Prêmio Destaque Abrasel & Topview/2024, na categoria Empreendedor Regional de Maringá; Sr. Samuel Faria Bruder e Ramirez Cocina, pela conquista do Prêmio Destaque Abrasel & Topview/2024, na categoria Empreendedor Regional de Londrina; Sr. Thomás Kaufmann e Tropical Banana, pela conquista do Prêmio Destaque Abrasel & Topview/2024, na categoria Lanchonete; Sra. Fátima Regina Cazella e Padaria Requinte, pela conquista do

Prêmio Destaque Abrasel & Topview/2024, na categoria Panificadora; S^{ra}. Gabriela Vilar de Carvalho e Quintana Gastronomia, pela conquista do Prêmio Destaque Abrasel & Topview/2024, nas categorias eventos, serviços Self - Service e Vegetariano; S^{ra}. Vania Krekniskie Limoeiro Casa de Comidas, pela conquista do Prêmio Destaque Abrasel & Topview/2024, nas categorias outras Etnias e Serviço À La Carte; S^{ra}. Tamara Abdou e Cantinho Árabe, pela conquista do Prêmio Destaque Abrasel & Topview/2024, na categoria Árabe; ao Padre Valdemar Oliveira dos Santos, da Paróquia São João Batista, pelos relevantes serviços prestados aos paranaenses no exercício do Sacerdócio e por ocasião da celebração pelos seus 17 anos de Ordenação Sacerdotal; in memoriam ao Professor Carlos Augusto Ribas, pelos relevantes serviços aos paranaenses na área da Educação.

Requerimentos com despacho do Presidente.

À Diretoria Legislativa para providências: Requerimento n.^º 74/2025, dos Deputados Alexandre Amaro, Ricardo Arruda, Jairo Tamura, Cantora Mara Lima, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza e Delgado Jacovós, comunicando à Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Paraná que foi criado o Bloco Parlamentar PL/Republicanos, composto pelos Deputados Gilson de Souza (PL), Gilberto Ribeiro (PL), Jairo Tamura (PL), Ricardo Arruda (PL), Delegado Jacovós (PL), Alexandre Amaro (REP) e Cantora Mara Lima (REP); **Requerimento n.^º 104/2025**, dos Deputados Jairo Tamura, Alexandre Amaro, Delegado Jacovós, Gilberto Ribeiro, Cantora Mara Lima, Ricardo arruda e Gilson de Souza, requerem a substituição de Deputado membro titular e ou como membro suplente das Comissões: Comissão de Orçamento, Jairo Tamura como membro suplente; Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, Jairo como membro titular; Comissão de Ecologia, Meio Ambiente e Proteção aos Animais, Deputado Jairo como membro suplente; Comissão de Indústria e Comércio, Jairo Tamura como membro titular; Comissão de Esportes, Jairo Tamura como membro suplente; Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Ensino, Jairo Tamura como membro titular; Comissão de Direitos Humanos e da

Cidadania, Jairo Tamura como membro suplente; Comissão de Defesa dos Direitos da Criança, do Adolescente e da Pessoa com Deficiência, Gilson de Souza como membro titular e Ricardo Arruda como membro suplente; Comissão de Saúde, Luís Corti como membro titular; Comissão de Revisão e Consolidação Legislativa, Jairo Tamura como membro suplente; Comissão de Igualdade Racial, Jairo Tamura como membro suplente; Comissão de Minas, Energia e Água, Jairo Tamura como membro titular e Gilberto Ribeiro como membro suplente; **Requerimento n.º 105/2025**, do Deputado Denian Couto, Líder do Bloco PODEMOS/PSDB/CIDADANIA, requer a substituição de membros titulares e ou membros suplentes em Comissões Permanentes que especifica: Comissão de Fiscalização da Assembleia Legislativa e Assuntos Municipais, Doutor Leônidas como membro titular; Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Ensino Superior, Doutor Leônidas como membro suplente; Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, Doutor Leônidas como membro suplente; Comissão de Saúde Pública, Doutor Leônidas como membro titular; Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa, Doutor Leônidas como membro titular.

Justificativas de ausências.

Deferido conforme o art. 97, § 3.º, II do Regimento Interno (em decorrência de viagem para acompanhar o Governador do Estado): **Requerimento n.º 99/2025**, do Deputado Hussein Bakri, apresentando justificativa de ausência nas Sessões Plenária dos dias 11 e 12 de fevereiro de 2025.

Deferidos conforme o art. 97, § 3.º, I do Regimento Interno (por motivo de doença, mediante apresentação de atestado médico): **Requerimento n.º 100/2025**, do Deputado Moacyr Fadel, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 11 de fevereiro de 2025; **Requerimento n.º 102/2025**, da Deputada Mabel Canto, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 11 de fevereiro de 2025.

Deferidos conforme o art. 97, § 4.º, do Regimento Interno (o Presidente poderá abonar, no período de um mês ausência injustificada): **Requerimento n.º 73/2024**

do Deputado Batatinha, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 11 de fevereiro de 2025; **Requerimento n.º 101/2025**, do Deputado Soldado Adriano José, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 11 de fevereiro de 2025; **Requerimento n.º 103/2025**, do Deputado Ney Leprevost, apresentando justificativa de ausência nas Sessões Plenárias do dia 11 de fevereiro de 2025.

Deferido conforme o art. 97, § 3.º, IV do Regimento Interno (em decorrência de viagem para acompanhar o Governador do Estado): **Requerimento n.º 108/2025**, do Deputado Márcio Pacheco, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 11 de fevereiro de 2025.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi - PSD): Nada mais havendo a ser tratado, encerro a presente Sessão, marcando outra para amanhã, terça-feira, dia 18, no horário Regimental, com a seguinte **Ordem do Dia:** Redação Final dos Projetos de Lei n.ºs 803/2023, 159/2024, 191/2024, 463/2024 e 635/2024; 2.º Turno do Projeto de Lei n.º 434/2019; 1.º Turno do Projeto de Lei n.º 869/2023; e Turno Único dos Projetos de Lei n.ºs 897/2023 e 641/2024.

“LEVANTA-SE A SESSÃO.”

(Sessão encerrada às 16h16, tendo sido lavrada a Ata para fins de publicação em atendimento ao disposto no art. 139 da Resolução n.º 11 de 23/8/2016, Regimento Interno.)